

CONCEPÇÕES E MODELOS DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS DURANTE OS ANOS DE 1990

Isadora Cabreira da Silva
Universidade Federal de Pelotas
isadorasilvacabreira@gmail.com

Valdelaine da Rosa Mendes
Universidade Federal de Pelotas
valdelainemendes@outlook.com

Eixo 07: Ciências Humanas

Resumo: O presente trabalho visa apresentar a partir de uma revisão bibliográfica inicial, que objetiva investigar os modelos e concepções de universidade no Brasil durante a década de 1990, período este que foi crucial para a retomada da democracia e marcado por políticas privatistas. Como resultados, foram localizados o conceito de universidade heterônoma e os modelos de universidade neonapoleônica e neo-humboldtiana, num comparativo com os modelos clássicos. Sendo assim, é relevante o estudo sobre o referido período, a partir do entendimento que a universidade é, mais uma vez, tomada por políticas neoliberais.

Palavras-chave: Universidade. Modelos. Neoliberalismo.

Introdução

Os modelos de universidade no Brasil atual não são predominantes e tampouco um consenso entre instituições, principalmente após a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Governo Federal em por meio do Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007, há quatorze anos atrás.

Portanto, a presente pesquisa tem como objetivo começar uma discussão sobre as concepções e modelos de universidade vigentes durante os anos de 1990, onde o país viveu um período de retomada da democracia e ainda estava estruturando-se no que tange às questões de organização política e social, que foram perpassadas por governos neoliberais.

A proposta se justifica pela necessidade de entender as formas de organização das instituições – não necessariamente a forma de organização estrutural destas neste primeiro escrito – mas sim de quais influências políticas e lugares a universidade era vista. O texto está organizado nas seguintes seções: introdução, desenvolvimento, considerações finais e referências.

Desenvolvimento

Para a realização deste trabalho, foi realizada uma revisão bibliográfica, que de acordo com Gerhardt e Silveira apud. Fonseca (2009):

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

Gil (2007), caracteriza tal procedimento como tipos de investigações sobre ideologias e análises das diversas posições acerca de um problema. Sendo assim, como bibliografia inicial, utilizou-se como base teórica Chauí (2001), Habermas (1993) e Sguissardi (2009).

No que tange às concepções de universidade, os escritos de Habermas (1993) abordam sobre os distanciamentos entre a universidade e o mundo da vida, colocando as duas como setores que deveriam estar intrinsecamente ligados, pois “(...) a universidade deve representar enquanto instituição, cimentar enquanto centro motivador, uma forma de vida intersubjetivamente partilhada pelos seus membros, com um estatuto que se pode dizer exemplar”.

Já as concepções brasileiras discutidas no século XXI, Chauí (2001), aponta para os questionamentos sobre as relações entre universidade e sociedade ou pela maneira em que a universidade pode estar na sociedade, compreendendo que a universidade faria parte de uma realidade extrassocial e política, como se fossem duas realidades que necessitamos saber como dá-se o funcionamento de ambas. Também toma a universidade enquanto uma instituição social, que por mais que existam distanciamentos entre si, a universidade manifesta de determinada forma a estrutura de sociedade a qual compõe. Por fim, analisa como a universidade brasileira absorve e exprime as ideias e práticas neoliberais dominantes, como por exemplo: 1) a avaliação universitária de forma isolada, sem considerar o ensino básico; 2)

valorização somente da titulação científica e a quantidade de produções científicas; 3) critério de distribuição de recursos financeiros públicos para pesquisas a partir das linhas de pesquisa, que beneficia em grande escala as áreas que produzem seus estudos em laboratórios de grande porte e com vasta equipe de pesquisadores, o que não é necessário nas humanidades e nas práticas de pesquisas teóricas; 4) a participação da universidade na economia e na sociedade como mera prestadora de serviços, servindo à empresas privadas, com um parcial abandono significativo pela pesquisa fundamental e de longo prazo.

Sguissardi (2009) afirma que “(...) ocorre uma contraditória superposição de modelos universitários e, simultaneamente, o trânsito para uma universidade - “pública” e privada - neoprofissional, heterônoma e competitiva (p. 140). Tal modelo se configurou a partir das políticas neoliberais da economia e da reforma do Estado no decorrer dos anos 1990, como o Plano Diretor da Reforma do Estado (1995), a Lei de Diretrizes e Bases (Lei n. 9.394/96), a Lei de Fundações (Lei n. 8.958/94), da própria legislação, os fundos setoriais e o conjunto de propostas de emendas constitucionais, e também projetos de lei que objetivaram caracterizar as novas relações entre universidade, sociedade (ao referir-se às empresas) e Estado.

Além disso, aponta para a definição de um modelo de universidade, há de considerar-se dois elementos necessários: a relação ensino, pesquisa e extensão e o contexto de ter-se um conjunto de quase 1.300 Instituições de Ensino Superior (IES) no país, entre faculdades, institutos, centros, etc. Para além destes dois elementos, são elencados outros critérios, como a jornada de trabalho de grande parte do corpo docente, a formação docente para a pesquisa, as formas de organização, produção e difusão científica, bem como os cursos de pós-graduação consolidados. A partir da presença maioritária ou minoritária de tais critérios, as IES podem ser classificadas como *neonapoleônicas* ou *neo-humboldtianas* (SGUISSARDI, 2009).

Nas instituições *neonapoleônicas*, são dominantes os critérios e indicadores, como a falta de estrutura de pesquisa e cursos de pós-graduação *stricto sensu* consolidados e reconhecidos; o quadro docente composto por professores com jornada de trabalho parcial ou horista e sem qualificação a partir da pós-graduação para a atividade de pesquisa; assim como a separação das unidades, tendo dedicação quase exclusiva às atividades de ensino (SGUISSARDI, 2009).

Já nas instituições *neo-humboldtianas*, são dominantes critérios e indicadores como a presença de estruturas para a produção de ciência, cursos de pós-graduação reconhecidos e

consolidados; o quadro docente com professores que possuem pós-graduação e qualificação para exercer e orientar atividades de pesquisa, também jornada em tempo integral direcionada a tais atividades; agregação das unidades em prol de projetos comuns de ensino e pesquisa; agrupamento de ensino, pesquisa e extensão nos diversos níveis; organização administrativo-acadêmica direcionada a formação de profissionais e pesquisadores na grande parte das áreas do conhecimento (SGUISSARDI, 2009).

Da perspectiva quantitativa, existem evidências de que o modelo que predomina e segue crescendo, é o modelo *neonapoleônico*. Já da perspectiva qualitativa, pode-se observar a partir das grandes universidades, em que grande parte das características do modelo *neo-humboldtiano* estão em evidência, por obterem uma expressão maior do que 90% das IES as quais tais critérios não estão presentes (SGUISSARDI, 2009).

Por fim, aponta os Decretos nº 2.207/97, nº 2.306/97, nº 3.860/01, e a contínua compreensão da letra e não do espírito do artigo 207 da Constituição Federal, que aborda sobre o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, pois através de tais decretos, em torno de 1.024 de 1.180 IES ficaram permitidas de não cumprir com o tal princípio, visto que o mesmo era obrigatório somente para as universidades (SGUISSARDI, 2009).

A partir de tal contexto, este seria um novo indicador de um novo modelo de universidade, sendo esta neoprofissional, heterônoma e competitiva. O modelo heterônomo não significa necessariamente que a instituição seria totalmente gerida por agentes extra universitários, mas que sua prática cotidiana estaria cada vez mais submissa à lógica do Estado e do mercado. Uma inferência instantânea deste novo modelo seria uma cerca ascensão da competitividade econômica, que resultaria na incessante tarefa de produtos e inovações, a produção de currículos que atendem às necessidades do mercado, tendo a preparação dos estudantes para o mundo do trabalho, com um custo menor e uma expressiva gerência do trabalho institucional e docente (Sguissardi apud. Schugurensky, 2009).

Os escritos de Chauí (1999, p. 222) também abordam sobre o modelo de universidade heterônoma, que

“(...) não forma e não cria pensamento, despoja a linguagem de sentido, densidade e mistério, destrói a curiosidade e a admiração que levam à descoberta do novo, anula toda pretensão de transformação histórica como ação consciente dos seres humanos em condições materialmente determinadas.

Por fim, aponta que a universidade só poderia cumprir seu papel se fosse administrada como uma empresa comercial e se a mesma fosse de fato competitiva, sendo “(...) no Estado

neoliberal e na globalização, a educação superior passa a ser vista *como parte do problema econômico* de cada país, entendido este como falta de competitividade internacional” (SGUISSARDI, p. 157, 2009).

Considerações Finais

Pensar as constituições de universidade na década de 1990, em suas dimensões sociais, políticas e econômicas, é fundamental para pesquisar as políticas posteriores como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e principalmente o REUNI, que surge como uma proposta de democratização do acesso ao ensino Ensino Superior, o que é tido como uma proposta que ainda não se consolidou, pois o programa foi pensado a partir de indicadores quantitativos e não qualitativos.

Além do mais, é de suma importância remontar tal período, visto que a universidade é novamente perpassada por políticas neoliberais, como o Programa Future-se, os cortes orçamentários, as restrições nos usos de recursos básicos de infraestrutura e os cortes aos financiamentos de pesquisa, principalmente na área de ciências humanas.

Referências

CHAUÍ, Marilena. A universidade em ruínas. In: TRINDADE, H. (Org.). **Universidade em ruínas na república dos professores**. Petrópolis/Porto Alegre: Vozes/CIPEDES, 1999.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São. Paulo: Editora UNESP, 2001.

GERHARDT, Tatiane Engel e SILVEIRA, Denise Tolfo. (2009) **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HABERMAS, Jürgen. A Idéia da Universidade: Processos de Aprendizagem. Brasília: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, vol. 74, p. 111-130, 1993.